Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 643/XV/1.ª

PROTEÇÃO DOS RENDIMENTOS FACE À INFLAÇÃO E REJEIÇÃO DO PROGRAMA DE ESTABILIDADE 2023-2027

O Governo apresentou, no passado dia 17 de Abril, o Programa de Estabilidade 2023-2027. São três as ideias estruturantes deste documento: os preços vão continuar a subir, não há qualquer garantia de controlo efetivo da especulação ou de aumento real dos salários e a obsessão pela redução irresponsável do défice continuará a ser feita à custa dos rendimentos e do investimento. Entre a resignação face aos problemas do país e a timidez das respostas, o Governo insiste na estratégia que tem seguido desde o início da invasão russa da Ucrânia e do agravamento da pressão inflacionista. Enquanto garante a proteção da elite que especula com os preços dos bens essenciais, condena à incerteza a vida de milhões de pessoas que vivem do seu trabalho ou da sua pensão.

A 7 de Abril de 2022, na Assembleia da República, António Costa garantia que a inflação seria conjuntural e transitória. Tal garantia serviria para justificar a recusa, então assumida, de medidas robustas para apoiar as famílias perante o choque inflacionista. As consequências dessa opção tornaram-se dramaticamente evidentes no último ano: os rendimentos do trabalho perderam valor real, penalizando particularmente os rendimentos mais baixos, enquanto a inflação se faz sentir particularmente nos produtos essenciais. Desta forma, a par dos custos da energia, os bens alimentares experimentaram aumentos sem paralelo nas últimas décadas: sabemos hoje que os produtos de mercearia tiveram um aumento de 26,2% face ao início de 2022, o preço da carne aumentou 24,8%, os laticínios 24,7%, as frutas e legumes 21,6%.

Ora, o Governo que garantia o carácter conjuntural da inflação reconhece agora, apenas um ano depois, que os preços continuarão a subir. O Programa de Estabilidade 2023-

2027 prevê até uma inflação de 5,1% para este ano, acima dos 4% estimados em Outubro. As previsões da inflação, ainda que apresentando variações, são a demonstração do erro do Governo: os preços que subiram até agora não vão descer, a inflação não é (nunca foi) transitória. Na previsão económica, como na resposta política, o Governo falhou ao país.

Ao longo do último ano, o Governo, recusando uma resposta robusta à inflação, assumiu duas opções. A primeira foi a recusa de travar a especulação dos bens essenciais, optando por deixar à boa vontade da grande distribuição a aplicação de uma medida fiscal mínima com incidência limitada a alguns produtos. A segunda foi a recusa de uma estratégia de valorização real dos salários, preferindo deixar à boa vontade das confederações patronais a aplicação de um tímido acordo de rendimentos. Afastando a imposição de regras que protejam os consumidores do abuso da especulação, condena as famílias a variações inexplicáveis do preço dos alimentos e de outros bens essenciais. Afastando todas as soluções efetivas para conter o efeito do aumento dos juros na habitação ou para baixar o preço do arrendamento, condena gerações à maior crise da habitação. Afastando uma política determinada de valorização dos rendimentos, condena trabalhadores e pensionistas à incerteza de apoios pontuais que, sempre limitados, obedecem sobretudo ao cálculo político do Governo a cada momento.

Enquanto condena trabalhadores e pensionistas à incerteza de apoios pontuais que não respondem à crise inflacionista, o Governo confirma a sua obsessão com a redução irresponsável do défice orçamental. O défice de 0,4%, valor que o Governo prevê agora manter depois de ter reduzido brutalmente o valor estimado para 2022, foi conseguido por força da perda de poder de compra da população portuguesa e da visível degradação dos serviços públicos. Acresce que o aumento da carga fiscal, explicado sobretudo pelo aumento da receita fiscal nos impostos indiretos, está longe de ser refletido na qualidade dos serviços públicos. Das escolas aos centros de saúde, passando pelos tribunais ou pelos transportes públicos, o sucessivo adiamento do investimento público deixa em ruptura setores essenciais.

Uma economia decente baseia-se num sistema fiscal justo e num Estado Social que, particularmente em momentos de crise, responde à exigência de igualdade. A opção económica do Governo na resposta à crise da inflação, agora reiterada no Programa de Estabilidade 2023-2027, falha todos estes objetivos.

Assim, a Assembleia da República delibera:

A rejeição do Programa de Estabilidade 2023-2027, e a sua reformulação, tendo em conta os objetivos de proteção dos rendimentos face à inflação e de reforço do investimento dos serviços públicos.

Assembleia da República, 24 de abril de 2023.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Catarina Martins;

Isabel Pires; Joana Mortágua